



INDICE

página

| | |
|---|----|
| 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2013; . | 5 |
| 2. Proposta da Administração para destinação do resultado; | 5 |
| 3. Eleição de membros do Conselho de Administração;..... | 5 |
| 4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; | 6 |
| 5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;..... | 6 |
| 1. Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2013 - Comentários da Administração | 7 |
| 10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais | 7 |
| 10.1. Comentários dos diretores sobre: | 7 |
| a. condições financeiras e patrimoniais gerais..... | 7 |
| b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:..... | 10 |
| c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:..... | 10 |
| d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas: | 10 |
| e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:..... | 10 |
| f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: | 10 |
| g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:..... | 12 |
| h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras..... | 12 |
| 10.2. Resultado operacional e financeiro | 12 |
| 10.2. Comentários dos diretores sobre: | 12 |
| a. resultados das operações da Companhia. | 12 |
| b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços: | 13 |
| c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor | 13 |
| 10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia: | 13 |
| a. introdução ou alienação de segmento operacional | 13 |
| b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária | 13 |
| c. eventos ou operações não usuais | 13 |

| | |
|--|----|
| 10.4. Comentários dos diretores sobre: | 13 |
| a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2012. | 13 |
| b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2011 e 2012 e 2013. | 14 |
| c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2013: .. | 14 |
| c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2012: .. | 17 |
| 10.5. políticas contábeis críticas adotadas pela companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros): .. | 20 |
| 10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor | 23 |
| 10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis: | 23 |
| a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las..... | 23 |
| b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente | 24 |
| 10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios | 24 |
| 10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários: | 24 |
| a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados | 24 |
| b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição | 24 |
| c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios..... | 24 |
| 10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras | 24 |
| 10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia: | 24 |
| 10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras | 24 |
| 10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:..... | 25 |
| 10.10. Plano de Negócios | 25 |
| a) Investimentos, incluindo: | 25 |
| b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia:..... | 25 |
| c) Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços e incrementos: | 26 |
| 10.11. Outros fatores com Influência relevante | 26 |
| 2.A. Proposta Da Administração Para Destinação Do Resultado..... | 27 |
| 3.a. Eleição De Membros Do Conselho De Administração (Item 12.6 da Instrução CVM 480)..... | 29 |

| | |
|--|----|
| 4.a.ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E RESPECTIVOS SUPLENTE | 33 |
| 5.a. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL | 39 |
| 13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos: | 40 |
| a) Objetivos da política ou prática de remuneração: | 40 |
| b) Composição da remuneração: | 40 |
| c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; | 42 |
| d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.. | 42 |
| e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo; | 43 |
| A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST | 43 |
| f) existência de remuneração suportada por controladas, controladas ou controladores diretos ou indiretos; | 43 |
| 13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal: | 46 |
| 13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente: | 46 |
| 13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social: | 46 |
| 13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: a) órgão; b) número de membros; c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; d) valor justo das opções na data de outorga; e e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas: | 47 |
| 13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e d) em relação às opções exercíveis; (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social: | 47 |
| 13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: a) | |

| | |
|---|----|
| órgão; b) número de membros; c) em relação às opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e d) em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; e (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:..... | 47 |
| 13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; e d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo: | 48 |
| 13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários: | 48 |
| 13.11. Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal em relação aos 3 últimos exercícios sociais:..... | 48 |
| 13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia): | 49 |
| 13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto..... | 50 |
| 13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados: | 50 |
| 13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:..... | 50 |
| 13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes: | 50 |

Proposta da Administração da TELEBRAS que será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2014, nos termos da Instrução CVM nº 481/09

Senhores Acionistas,

A Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **29/04/2014**:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2013;

A Administração da TELEBRAS propõe que os Acionistas analisem e aprovem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013, bem como, após a devida análise, aprovem as matérias contidas nos documentos aprovados em 27/03/2014 pelo Conselho de Administração. Os referidos documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”) e os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da TELEBRAS, encontram-se disponíveis no site da TELEBRAS e no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado;

A Administração da TELEBRAS propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31/12/2013, nos termos constantes dos documentos anexos a esta proposta.

3. Eleição de membros do Conselho de Administração;

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da TELEBRAS apresenta proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2015:

| Nome | Representação |
|----------------------------------|--|
| GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO | Ministério das Comunicações |
| FRANCISCO ZIOBER FILHO | Presidente da TELEBRAS – membro nato |
| MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão |
| MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO | Ministério das Comunicações |
| DEMI GETSCHKO | Ministério das Comunicações – Representante Independente |

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos um representante dos minoritários e um representante dos preferencialistas, bem como já será conhecido o representante eleito pelos empregados da Companhia.

4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

Por indicação do Acionista Controlador, a Administração da TELEBRAS apresenta proposta de eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2015:

| Efetivo | Suplente | Representação |
|-----------------------------|--------------------------------|--|
| Ulysses Cesar Amaro de Melo | Francisco do Nascimento Dantas | Ministério das Comunicações |
| Luciana Cortez Roriz Pontes | Marcelo Mendes Barbosa | Ministério das Comunicações |
| Márcia Ribeiro Abeu | Leonardo Lobo Pires | Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional) |

Na mesma Assembleia Geral Ordinária também deverão ser eleitos um representante dos minoritários e um representante dos preferencialistas, com seus respectivos suplentes.

5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

A Administração da TELEBRAS propõe verba global anual (i) para o Conselho de Administração, no valor de até R\$ 419.561,86; (ii) para o Conselho Fiscal, no valor de até R\$ 262.226,16; e (iii) para a Diretoria, no valor de até R\$ 3.207.155,26, perfazendo um total global anual de R\$ 3.888.943,28.

O Aviso aos Acionistas, que coloca à disposição a documentação relativa ao item 1 da ordem do dia da AGO, foi publicado na forma da lei e encontra-se disponível na Internet no site: www.telebras.com.br.

Brasília-DF, 27 de março de 2014.

Francisco Ziober Filho

Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

1. Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos ao Exercício de 2013 - Comentários da Administração

Senhores Acionistas,

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2013, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relacionamento com o Mercado (Setor Comercial Sul – Quadra 09 – Bloco B – Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B – 3º andar – Brasília – DF), no site da TELEBRAS no endereço www.telebras.com.br e nos da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e CVM (www.cvm.gov.br).

A seguir, os Comentários da Administração, relativos ao item 10 do Formulário de Referência, anexo da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao art. 9, inciso III da Instrução CVM 481/09

10.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

10.1. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubricas

1. Recursos para Aumento de Capital - No exercício de 2013, foram aportados recursos da ordem de R\$ 232.962 mil pelo Acionista Controlador para futuras incorporações ao capital social da TELEBRAS, tudo em conformidade com as previsões constantes da execução orçamentária do Ministério das Comunicações. Tomando-se o saldo existente em 31/12/2012 (R\$ 164.260 mil), somados o aporte e a atualização pela taxa SELIC, encontra-se o saldo atual de R\$ 419.872 mil.

2. A Estrutura Patrimonial: Principais alterações e índices de evolução podem ser visualizados na tabela a seguir:

3. Ativo Total (Bens e Direitos à Disposição da Companhia): Evolução. Crescimento da ordem de 18,9% em relação a 2012. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

ATIVO TOTAL

| 2013 | 2012 |
|-----------|---------|
| 1.173.060 | 986.848 |

4. Ativo Circulante e Ativo Não Circulante: Ressalte-se que, enquanto os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 73,3%, o Ativo Circulante apresentou decréscimo de 10,4%, refletindo a transferência de recursos desse grupo para o do Imobilizado,

que apresentou evolução da ordem de 103,1% no exercício, em outras palavras, a redução dos valores de liquidez imediata ensejou o aumento dos ativos de expansão da rede de telecomunicações da TELEBRAS.

ATIVO CIRCULANTE

| 2013 | 2012 |
|---------|---------|
| 574.327 | 641.284 |

ATIVO NÃO CIRCULANTE

| 2013 | 2012 |
|---------|---------|
| 598.733 | 345.564 |

ATIVO IMOBILIZADO

| 2013 | 2012 |
|---------|---------|
| 439.148 | 216.155 |

5. Imobilizado: Essa evolução do Imobilizado, que já representa 37,4% do total do Ativo da TELEBRAS, demonstra claramente o atual estágio da curva de maturidade na gestão dos investimentos da Companhia, visando à consecução dos seus objetivos institucionais.

ATIVO IMOBILIZADO X ATIVO TOTAL

| Ativo Imobilizado 2013 | Ativo Total 2013 |
|------------------------|------------------|
| 439.148 | 1.173.060 |

6. Passivo Circulante e Passivo Não Circulante: O Passivo Circulante apresentou aumento de 60,3% no período, em decorrência da majoração da provisão do PISP (Programa de Indenização de Serviços Prestados – Ver Nota Explicativa nº XIII e item VIII, letra “b”, abaixo), provisão para contingência e fornecedores. Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 41,1% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador no sentido de transformar o adiantamento em futuro aumento de capital.

PASSIVO CIRCULANTE

| 2013 | 2012 |
|---------|---------|
| 289.525 | 180.626 |

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

| 2013 | 2012 |
|---------|---------|
| 766.952 | 543.679 |

Ainda dentro do Passivo Não Circulante, pode-se observar significativa redução da provisão de contingências por conta de reclassificação, basicamente em função do reconhecimento de parte do saldo da dívida que estava provisionada como dívida da Companhia. Tal reclassificação deve-se ao acordo firmado judicialmente, já em face de sentença transitada em julgado, com reconhecida vantajosidade para Administração. Cumpre esclarecer, ainda, que a forma de

quitação dos débitos reconhecidos estende-se por dezessete anos, o que tem evidente reflexo no fluxo de caixa imediato da TELEBRAS.

7. Passivo Exigível e Ativo Total: Quando se toma os dados relativos ao Passivo Exigível e do Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2013 é de 90,1%, enquanto que era de 73,4% no exercício findo em 2012. No entanto, excluindo-se os valores destinados ao aumento de capital, os dados apontam para um equilíbrio entre os graus de endividamento verificados nos exercícios de 2012 e 2013 (56,75% e 54,27% respectivamente).

PASSIVO EXIGÍVEL X ATIVO TOTAL

| Passivo Exigível 2013 | Ativo Total 2013 |
|-----------------------|------------------|
| 1.056.477 | 1.173.060 |

8. Patrimônio Líquido: A queda do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior explica-se pela redução do capital social (de R\$ 719 milhões para R\$ 263 milhões) em decorrência da absorção dos prejuízos acumulados até 31/12/2012, conforme decidido em sede de Diretoria e Conselho de Administração, retratado na 96ª AGE, realizada em 28/06/2013. Além disso, o Patrimônio Líquido também foi reduzido em 2013 por conta dos prejuízos apurados no ano. Ainda assim, mostra positivo no montante de R\$ 116.583 mil.

| Descrição | 2013 | 2012 |
|----------------------------------|----------------|----------------|
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 116.583 | 262.543 |
| Capital Social | 263.145 | 719.455 |
| Prejuízos Acumulados | (145.746) | 456.310 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | (705) | (491) |

b. Estrutura Econômica da Companhia – Principais Rubricas

1. Receitas Operacionais - Passado o período mais crítico de reestruturação da nova TELEBRAS, em que pese ainda estejam em andamento os projetos estruturantes, pode-se notar o forte crescimento das receitas operacionais (R\$ 42 milhões) em relação ao exercício anterior, com maior tendência de crescimento quanto maior forem os investimentos na capilarização da rede de telecomunicações da Companhia.

RECEITAS OPERACIONAIS

| 2013 | 2012 |
|--------|-------|
| 42.236 | 2.292 |

2. Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais - O valor significativo (R\$ 107,3 milhões) é consequência da ampliação do *backbone*, representado também pelo aumento das despesas relativas ao aluguel de infraestruturas, custos com operação e manutenção de rede,

que deve ser rentabilizada no decorrer de 2014, com vistas à ampliação do faturamento. Dentro do contexto operacional da Companhia, as despesas administrativas estão consentâneas com as necessidades de expansão.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate:

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Como não há hipótese de resgate das ações, não se há o que informar a respeito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes é mais que suficiente para a cobertura dos compromissos de curto prazo assumidos uma vez só esse grupo representa 219% dos valores consignados no Passivo circulante da Empresa, e ainda gera receitas financeiras que garantem o financiamento de grande parte das atividades operacionais e de investimentos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A exemplo de anos anteriores, como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para custeio de seus investimentos, no exercício de 2013 a TELEBRAS contou com recursos próprios que foram transferidos pelo Acionista Controlador (União), para futuros aumento de capital.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem a cobertura dos compromissos decorrentes dos investimentos já compromissados e a comprometer. Caso seja necessário captar recursos para financiamento de suas atividades de investimentos em ativos não circulantes, poderá recorrer ao mercado financeiro e de capitais, contando ainda com fontes de recursos para aumento do capital social oriundas do Acionista Controlador.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

| Rubricas | Exercícios Findos em: | | | | | | |
|-------------------------|-----------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| | 2013 | | | 2012 | | | 2011 |
| | Valor | AV | AH | Valor | AV | AH | Valor |
| Ativo Circulante | 574,3 | 49,0% | -10,4% | 641,3 | 65,0% | -8,9% | 703,9 |
| Ativo Não Circulante | 598,7 | 51,0% | 73,3% | 345,5 | 35,0% | 77,5% | 194,7 |
| Imobilizado | 439,1 | 37,4% | 103,1% | 216,2 | 21,9% | 174,4% | 78,8 |
| Ativo Total | 1.173 | 100,0% | 18,9% | 986,8 | 100,0% | 9,8% | 898,6 |
| Passivo Circulante | 289,5 | 27,4% | 60,3% | 180,6 | 24,9% | -72,9% | 666,6 |
| Passivo Não Circulante | 767,0 | 72,6% | 41,1% | 543,7 | 75,1% | 75,4% | 310,0 |
| Passivo Exigível | 1.056,5 | 100,0% | 45,9% | 724,3 | 100,0% | -25,8% | 976,6 |
| Patrimônio Líquido | 116,6 | 9,9% | -55,6% | 262,5 | 26,6% | -436,5% | -78,0 |
| Passivo Total | 1.173,1 | 100,0% | 18,9% | 986,8 | 100,0% | 9,8% | 898,6 |

Análise Vertical (AV) = Participação percentual em relação ao agregado superior.

Análise Horizontal (AH) = Evolução % em relação ao ano anterior.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não se utiliza de empréstimos tomados junto ao mercado financeiro e não conta com contratos de financiamentos até o presente momento, pelo fato de contar com aporte de recursos do Acionista Controlador.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica, de acordo com o descrito no item "i";

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide quadro do item "f".

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente não há restrições para o endividamento da Empresa, contudo o orçamento aprovado pelo acionista controlador impõe limites para a hipótese de captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais.

Distribuição de Dividendos: A Empresa segue o estabelecido no estatuto social, qual seja a distribuição a título de dividendos de 25% do lucro apurado no exercício. Primeiramente são atribuídos os dividendos às ações preferenciais de 6% do valor da ação. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias na proporção das ações emitidas. Se houver ainda saldos remanescentes, que permitam distribuições os mesmos são atribuídos aos acionistas ordinaristas e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do seu Estatuto Social, diante do resultado apurado no exercício de 2013, não há dividendos a serem distribuídos, tampouco lucro para abater prejuízos acumulados.

Alienação de ativos: Exceto as legais, não há restrições impostas, embora não tenha havido alienação de ativos no exercício de 2013.

Emissão de novos valores mobiliários: A Companhia segue as determinações do estatuto social, em seus artigos 8º, 9º e 10º, e orientação da União, que estabelece os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da empresa e aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST.

Alienação de Controle Acionário: O estatuto social da Companhia não prevê esta modalidade. Contudo, a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo acionista controlador e pela Assembleia Geral.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Como a empresa não se utiliza de empréstimos para o financiamento das suas atividades, o item não se aplica.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Vide respostas dos itens 10.1 “a” e “f”.

10.2. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

10.2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

a. resultados das operações da Companhia.

| Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 42.236 | 2.292 | 43.967 | 2.292 |
| Deduções da Receita Bruta | (13.116) | (751) | (13.116) | (751) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 29.120 | 1.541 | 30.851 | 1.541 |
| Custos dos Serviços Prestados | XXI (47.044) | (8.479) | (47.044) | (8.479) |
| LUCRO BRUTO | (17.924) | (6.938) | (16.193) | (6.938) |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | (60.291) | 2.837 | (62.022) | 2.837 |
| Comercialização dos Serviços | (7.912) | (5.984) | (7.912) | (5.984) |
| Despesas Gerais e Administrativas | XXI (46.182) | (43.080) | (46.182) | (43.080) |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas | XXI (5.379) | 52.272 | (5.388) | 52.272 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (818) | (371) | (2.540) | (371) |
| LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | (78.215) | (4.101) | (78.215) | (4.101) |
| Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas | XXI (67.531) | 44.855 | (67.531) | 44.855 |
| LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL | (145.746) | 40.754 | (145.746) | 40.754 |
| LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO | (145.746) | 40.754 | (145.746) | 40.754 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro | - | - | - | - |
| LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | (145.746) | 40.754 | (145.746) | 40.754 |
| Ações em Circulação na data do balanço | 118.440.782 | 118.440.782 | | |
| Lucro (Prejuízo) Líquido Básico por ação (em R\$) | (1,23052) | 0,35743 | | |
| Lucro (Prejuízo) Líquido Diluído por ação (em R\$) | (1,23054) | 0,35743 | | |

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não se verificaram estas variações no exercício.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos do acionista controlador e registrados no Patrimônio Líquido, são atualizados pela taxa SELIC por determinação legal.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

10.3. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOS RESULTADOS DA COMPANHIA:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2013 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Constituição de subsidiária integral TELEBRAS COPA S.A. (“TELEBRAS COPA” ou Controlada): sediada em Brasília – DF, no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre “B”, 3º andar, CEP 70.308-200, tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações à Fédération Internationale de Football Association – FIFA e seus parceiros e conveniados. A subsidiária funcionará por tempo determinado, desde a data de sua criação, em 07/03/2013, até a data do término dos eventos da Copa do Mundo de 2014, quando então será incorporada pela Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve a realização de operações não usuais.

10.4. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2012.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2013.

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2013 em relação a 2012.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2011 e 2012 e 2013.

A Companhia e sua Controlada mantêm práticas contábeis uniformes.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2013:

Ênfases

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº VII, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 129.331 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Procedimento ocorrido no período permitiu a compensação de R\$ 18.970 mil, relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social e Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre aplicação financeira. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$ 115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº XVI. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº XI, “a”, 1, a TELEBRÁS efetuou o pagamento de R\$ 3.430 mil, em 2013, referentes ao restante da integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$ 4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 1.985 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R\$ 2.540 mil foi reconhecida no resultado e ajustada pelo lucro não realizado em operações entre a Coligada e a Companhia. As Demonstrações Contábeis da coligada foram auditadas por outros auditores independentes

(KPMG – Auditores Independentes). Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra “a”, 2, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014. Nesta data, foi realizada a integralização inicial de seu capital, no valor de R\$ 10 mil, correspondentes a 10% do capital total, de R\$ 100 mil. A Companhia integralizou, em 20/06/2013, os R\$ 90 mil restantes de sua participação no capital da TELEBRAS COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 1.822 mil, devido ao ganho líquido com equivalência patrimonial, motivada por faturamento resultante de prestação de serviços de telecomunicações quando da Copa das Confederações, realizada em julho de 2013, que está representado no resultado da empresa em 31/12/2013. As Demonstrações Contábeis da Controlada foram por nós revisadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou a consolidação de suas demonstrações contábeis individuais com as demonstrações contábeis de sua Controlada, TELEBRAS COPA S.A.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

No decorrer de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia complementou sua provisão, que apresenta o saldo no passivo circulante de R\$ 43.297 em 31/12/2013 (R\$ 11.843, em 31/12/2012).

No exercício de 2013, para os colaboradores em exercício na TELEBRAS, foi registrado no resultado o valor de R\$ 20.341 (R\$ 9.381 em 2012). Os valores correspondentes aos empregados cedidos à ANATEL e outros órgãos estão registrados em Outros Ativos Realizáveis. Vide Nota Explicativa X. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº XVII, o saldo de R\$ 419.872 mil em 31 de dezembro de 2013, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital

Conforme mencionado na nota explicativa nº XVIII, letra “a”, em 4/07/2012 foi homologado pela

94ª AGE, o aumento do capital social de R\$ 419.455 mil para R\$ 719.455 mil, aprovado pela

93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 28/06/2013 foi homologado pela 96ª A.G.E., a redução do capital social mediante amortização integral dos prejuízos acumulados, no valor de R\$ 456.309 mil. Como resultado da redução, o capital subscrito e integralizado passou de R\$ 719.455 mil, em 31/12/2012, para R\$ 263.145 mil em 31/12/2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “Plano PBS - A” e “Planos de Patrocinadoras”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS – A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras, posição com a qual a TELEBRAS não concorda, conforme Comunicados ao Mercado, de 10 e 13 de Dezembro de 2013, enviados à CVM.

2. PBS – TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 31/12/2013, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes. Cabe ressaltar que a Diretoria da TELEBRÁS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS como patrocinadora, com ressalvas e sugestões, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras, processo ainda não concluído em 31.12.2013.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2012:

Parágrafos de Ênfase

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 142.045 mil correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação, procedimento ocorrido no período pela compensação de R\$ 32.838 mil relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre folha de pagamento e remuneração a serviços terceirizados de pessoas jurídicas. Ressalta-se também, que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Contrato de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 129.704 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 9.1, a TELEBRAS efetuou o pagamento de R\$ 1.470 mil, em 18/07/2012, referentes a 30% (trinta por cento) inicial para integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$ 4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o

restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2012, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 1.099 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R\$ 371 mil foi reconhecida no resultado. As Demonstrações Contábeis da coligada estão sendo auditadas por outros auditores independentes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, o Tribunal de Contas da União – TCU – Segunda Câmara, apreciou e julgou os Recursos de Reconsideração interpostos pela TELEBRAS, Anatel e grupo de empregados da TELEBRAS, no dia 4 de dezembro de 2012, cujo acórdão nº 9215/2012 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 2012. No referido acórdão os Excelentíssimos Ministros integrantes da Segunda Câmara decidiram conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos recorrentes para, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de reformar o item 9.9 do Acórdão nº 6.767/2011, fixando o prazo de 60 dias para que a TELEBRAS adote providências com vistas a extinguir o Programa de Incentivo aos Serviços Prestados - PISP, respeitando-se os direitos adquiridos e as legítimas expectativas criadas pelo referido programa. A Diretoria Executiva da TELEBRAS, ao analisar a citada decisão juntamente com a Gerência Jurídica, interpôs embargos de declaração ao referido acórdão, em 19 de dezembro de 2012, solicitando os esclarecimentos necessários, a fim de se dissiparem todas as dúvidas quanto aos direitos dos empregados da TELEBRAS, cedidos ou não. A TELEBRAS encontra-se aguardando o pronunciamento do TCU sobre o assunto. A Diretoria da TELEBRAS, na sua 1136ª reunião realizada em 17/01/2013, aprovou a i) ratificação da extinção do PISP, ocorrida em 16/09/2011, ii) o pagamento das verbas decorrentes do PISP aos empregados que fizeram a opção entre novembro de 2010 e abril de 2011, e iii) acordo judicial com o autor da reclamatória trabalhista impetrada por um dos beneficiários do PISP, sendo tais decisões referendadas pelo Conselho de Administração na sua 140ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de janeiro de 2013. Tendo em vista as decisões acima mencionadas, em 31/12/2012 a TELEBRAS efetuou a provisão de R\$ 11.843 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, o saldo de R\$ 164.260 mil em 31 de dezembro de 2012, corrigido pela taxa selic e classificado no passivo não circulante será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, letra “a”, em 4/07/2012 foi homologado pela 94ª AGE, o aumento do capital social de R\$ 419.455 mil para R\$ 719.455 mil, aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a

emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego

Conforme a nota explicativa nº 20, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRAS é patrocinadora da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios estão descritas na nota explicativa. Cabe ressaltar que o Conselho de Administração da TELEBRAS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS-A como patrocinadora, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras. Como a SISTEL e a TELEBRAS, ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% do superávit registrado nos balancetes da SISTEL, não foi efetuado o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em andamento, conforme dados registrados na Ata da 369ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da TELEBRAS, de 19 de dezembro de 2012, tendo em vista o surgimento de uma decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Agravo de Instrumento nº 5020149-60.2012.404.0000/SC em 13 de dezembro de 2012 que suspendeu “qualquer ato de transferência de valores do Plano PBS-A para as patrocinadoras do Plano de Benefícios da Fundação Sistel”. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Evento subsequente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, em 21 de dezembro o Ministério das Comunicações informou à TELEBRAS, por meio do Ofício nº 1192/12, a abertura de crédito em favor da Empresa no montante de R\$ 101.962 mil, relativos a dotações orçamentárias para cobertura das despesas da Empresa com a Copa das Confederações 2013 e com a Copa do Mundo 2014. Informou ainda que estaria repassando à TELEBRAS ainda em 2012 a importância de R\$ 52.000 mil. Ocorre, porém, que os recursos foram repassados à TELEBRAS em 15 de janeiro de 2013, no valor de R\$ 52.039 mil e serão registrados como Adiantamento Para Futuro Aumento do Capital Social. Portanto, o saldo remanescente de R\$ 49.923 mil será repassado no decorrer do exercício. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da Administração da

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Serão inseridos após a entrega do relatório dos auditores independentes.

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):

Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data deste Balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado de renda fixa, em Títulos do Tesouro Nacional e CDB/RDB de emissão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e em Fundo de Investimento I Multimercado, destinados a acolher investimentos exclusivamente de pessoa jurídica integrante da Administração Federal Indireta, cuja carteira do Fundo é composta por títulos federais, em operações finais e/ou compromissadas e operações em mercados derivativos que serão utilizados para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de sua carteira.

b. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade ao saldo do imposto de renda pago a maior, imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e outros, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social

A partir do exercício de 1998, a Companhia deixou de efetuar registros contábeis dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação às diferenças

temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, dada a incerteza de suas recuperações futuras, ocasionada pelo processo de desestatização e a iminência de liquidação da TELEBRAS. A Companhia voltará a registrar contabilmente tais ativos em função do normal cumprimento de suas novas atividades. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base em suas alíquotas efetivas sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real, nos termos da lei.

d. Ativos Realizáveis - Créditos

Representados preponderantemente por (1) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não reconhecidos como despesas na Companhia e sim como um direito a receber e (2) aplicações em ações de companhias abertas e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

e. Demais Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do Balanço.

f. Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial, assim como as participações societárias em empresas controladas e coligadas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora. Também com base no método de equivalência patrimonial, os investimentos são contabilizados no Balanço Patrimonial ao custo, ajustados periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado de equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Os ganhos e perdas não realizados em transações entre controladas e coligadas e a Companhia são eliminados proporcionalmente à participação nestas empresas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da Controlada e da Coligada.

g. Redução do Valor Recuperável dos Ativos

O saldo do imobilizado, do investimento e de outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perdas nestes ativos. Analisados individualmente, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2013.

h. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição. Não obstante, a TELEBRAS concluiu o processo de contratação de empresa especializada para levantamento e adequação de seu imobilizado, trabalho que está em andamento e possibilitará torná-lo aderente às normas específicas do setor de telecomunicações. Conseqüentemente, os créditos tributários de ICMS (Controle de Crédito de ICMS sobre Ativo Permanente - CIAP) serão apurados em conformidade com as normas legais, a fim de permitir à Companhia a sua utilização nos futuros pagamentos do mesmo imposto, a partir das notas fiscais dos serviços prestados nas diversas unidades da Federação.

i. Intangível

Refere-se a direitos de uso de software e a licenças regulatórias. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao órgão regulador. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

j. Provisões e Obrigações Trabalhistas

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais.

k. Provisões para Contingências

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento, efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRAS na data do Balanço.

l. Planos de Benefícios Pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência.

m. Demais Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do Balanço.

n. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

o. Receitas (despesas) Financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais, encargos sobre obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

p. Resultado Líquido por Ação e Valor Patrimonial por Ação – VPA por Unidade de Ações

Em 31/12/2013 e 31/12/2012 o Resultado Líquido por Ação e o Valor Patrimonial por Ação - VPA por Unidade de Ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do Balanço Patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 118.440.782 ações.

q. Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC - e Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 – DVA. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis Individuais. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – DVA. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição e os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos), pelas retenções (encargos de depreciação e provisão para contingências) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, governo (tributos), remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

10.6. CONTROLES INTERNOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – GRAU DE EFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR

10.6. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir

a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (v) sua página na internet; e (vi) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

A Administração concluiu pela eficácia do ambiente de controle da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

A TELEBRAS adquiriu e está implantando um sistema de Gestão Integrada – SGI, que implicará na maior automação de seus processos, rotinas e procedimentos, dando maior confiabilidade aos controles internos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não se aplica. Os auditores independentes não apontaram deficiências ou recomendações.

10.7. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO E EVENTUAIS DESVIOS

10.7. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE ASPECTOS REFERENTES A EVENTUAIS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, já que a Companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea “a”.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo descrito na alínea “a”.

10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu balanço patrimonial.

10.9. COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.9. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. PLANO DE NEGÓCIOS

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do Plano de Negócios da Companhia:

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

c. Execução Orçamentária

1. Dados da Execução Orçamentária – Com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2013, aprovado (reprogramação) pelo Decreto nº 8.174, de 26/12/2013:

R\$ milhões

| FONTES E USOS | PDG REALIZADO | PDG APROVADO | REALIZAÇÃO % |
|----------------------------------|----------------------|---------------------|---------------------|
| FONTES DE RECURSOS | 350,4 | 416,5 | 84% |
| Receitas | 117,4 | 96,4 | 122% |
| Recursos para Aumento de Capital | 233,0 | 320,1 | 73% |
| USOS DOS RECURSOS | 493,0 | 892,3 | 55% |
| Dispêndios Correntes | 263,2 | 317,0 | 83% |
| Dispêndios de Capital | 229,8 | 575,3 | 40% |

Pelo exposto, vislumbra-se o atual estágio de amadurecimento da capacidade de investir, traduzido no desembolso responsável dos recursos aplicados na rede de telecomunicações da Companhia. Vale dizer: os números indicam o forte esforço da Companhia para o direcionamento dos recursos disponíveis em investimentos rumo à consolidação e à rentabilização da sua rede de telecomunicações.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

Como fonte de financiamento dos investimentos, a Companhia utiliza-se de recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há previsão de desinvestimento para o período.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia:

| DISPÊNDIOS DE CAPITAL | OI REALIZADO |
|--|--------------|
| 120F - PNBL | 112,8 |
| 147A - Copa e Grandes Eventos ¹ | 22,2 |
| 146Z - Satélite | 74,9 |

Valores realizados no exercício 2013 (R\$ milhões).

c) Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços e incrementos:

Nao se aplica

10.11. OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Nao se aplica

Brasília-DF, 27 de março de 2014.

Francisco Ziober Filho
Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 2

2.A. Proposta Da Administração Para Destinação Do Resultado

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais e conforme previsto ainda no Estatuto Social no Art. nº 55, que regem a matéria, esta Administração propõe à Assembleia que a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2013, no valor de R\$ 145.745.667,05 (cento e quarenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e cinco centavos), seja registrada na conta de Prejuízos Acumulados, para futura absorção de lucros e/ou diminuição do capital social.

Brasília-DF, 27 de março de 2014

Francisco Ziober Filho

Presidente

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em função da apuração de prejuízo no exercício de 2013, ficam prejudicados os itens 1 a 16 constantes do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 3

3.a. Eleição De Membros Do Conselho De Administração (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O acionista controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho de Administração:

| Nome CPF | Idade Profissão | Órgão Administração Cargo eletivo a ocupar |
|---|---|---|
| MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO 158.543.988-69 | 42 Engenheiro de Telecomunicações | Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração |
| GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO 007.911.504-70 | 34 Advogado | Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração |
| FRANCISCO ZIOBER FILHO* 479.719.599-15 | 50 Analista de sistemas | Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração |
| MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS 776.055.601-25 | 36 Advogado | Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração |
| DEMI GETSCHKO 829.487.988-68 | 61 Engenheiro Eletricista | Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração |

*Presidente da TELEBRAS é membro nato do Conselho de Administração.

A seguir, Anexo I com as informações relativas aos indicados para membros do Conselho de Administração, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília-DF, 27 de março de 2014

Francisco Ziober Filho

Presidente

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CURRÍCULOS - Item 12.8 da Instrução CVM 480

1. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

É Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações desde junho de 2011. É presidente do Conselho de Administração da TELEBRAS. Nasceu em 1971, em Campinas/SP. É Engenheiro de Telecomunicações formado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL, de Santa Rita do Sapucaí – MG, Mestre em Gerência de Telecomunicações pela Universidade de Strathclyde no Reino Unido. Advogado formado no Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB. Exerceu, antes de chegar ao Ministério, o cargo de Gerente Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da ANATEL, tendo ocupado outras posições Gerenciais e de Assessoria na Agência. Atuou como Engenheiro de Planejamento do Sistema TELEBRAS. Foi representante da Administração Brasileira em diversos fóruns nacionais e internacionais de telecomunicações. Titular de cargo efetivo de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações desde 2005.

2. GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

Genildo Lins de Albuquerque Neto é Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações e membro do Conselho de Administração da TELEBRAS. Brasileiro, casado, natural da Paraíba. Graduação: Curso: Bacharelado em Ciências Jurídicas. Instituição: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB-Período: 03/1997 a 10/2002. Pós-Graduação: Especialização em Contabilidade e Auditoria. Instituição: Universidade Federal da Paraíba Período: 07/2003 a 07/2004. Título da monografia: O Controle Externo na União Européia: Uma Análise Comparativa entre o Tribunal de Contas Europeu e o Tribunal de Contas da União. Curso MBA Executivo em Gestão e Business Law - Fundação Getúlio Vargas Título da monografia: As Empresas Estatais à luz do Direito Empresarial: uma análise das estruturas societárias das empresas estatais da União criadas a partir de 2003. ATIVIDADES PROFISSIONAIS: I – Secretário-Executivo Interino do Ministério das Comunicações; II – Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; III – Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações; IV – ocupante de cargo efetivo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, desde junho de 2006; V - Presidente do Comitê Consultivo da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; Funções anteriores: I – membro suplente do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; II - Chefe de Gabinete do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, de junho de 2009 a dezembro de 2010; III - Chefe da Assessoria Técnica e Administrativa do Gabinete do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, de maio de 2007 a junho de 2009; IV - Membro do Conselho de Administração da Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, de junho de 2007 até agosto de 2011; V – Presidente do Conselho de Administração da Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, de maio de 2009 até maio de 2010; VI - Membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial, empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de outubro de 2006 até março de 2009; VII - professor das disciplinas Controle Externo e Direito Administrativo no Centro de Formação Obcursos em Brasília-DF; VIII – professor da disciplina Direito Administrativo do Instituto dos Magistrados do Distrito Federal – IMAG.; IX - Exercício do cargo efetivo de Auxiliar de Auditoria de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) de 06/07/1998 a 21/06/2007; X - Exercício da advocacia por três anos, atuando das áreas de direito administrativo, trabalhista e penal, com atuação inclusive no Tribunal do Júri, como assistente da Defensoria Pública (por meio de convênio).

3. FRANCISCO ZIOBER FILHO

FRANCISCO ZIOBER FILHO - FORMAÇÃO: 1981-87 Superior Incompleto - Fundação Universidade Estadual de Londrina – Centro de Ciências Exatas - Bacharelado em Física. 2001-02 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Curso de Extensão em Redes e Sistemas Distribuídos. 2003-04 Superior Completo - UNICEUB – Centro Universitário de Brasília – Faculdade de Ciências Aplicadas – Curso de Formação Específica em Análise de Sistemas. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - É Presidente da TELEBRAS, membro nato do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores da TELEBRAS desde 14/01/2014. Diretor Comercial da TELEBRAS desde 13/09/12. 19/10/81 – 31/03/85 – Funcionário Posto Efetivo do Banco do Brasil S/A; 01/04/85 – 10/09/87 – Operador de Periféricos no NPD (Núcleo de Processamento de Dados) Londrina (PR) – Produção e Suporte Técnico – Banco do Brasil S/A; 11/09/87 – 10/03/88 – Operador de Console B no NPD Londrina (PR) – Produção e Suporte Técnico - Banco do Brasil S.A.;12/03/88 – 07/05/89 – Operador de Console A no NPD Londrina (PR) – Suporte Técnico – Banco do Brasil S/A; 08/05/89 – 31/10/90 – Coordenador de Serviços no NPD Londrina (PR) – Suporte Técnico – Banco do Brasil S/A; 01/11/90 – 08/05/91 – Analista B no CEDIP (Centro de Desenvolvimento, Implantação e Processamento) Londrina (PR) – Suporte Técnico/Centro de Competência em Redes SNA do Banco - Banco do Brasil S/A; 09/05/91 – 27/07/94 – Analista A no CEDIP Londrina (PR) – Suporte Técnico/Centro de Competência em Redes SNA e IP do Banco - Banco do Brasil S/A; 28/07/94 – 31/07/96 – Gerente de OSM no CEDIP Londrina (PR) – Suporte Técnico/Centro de Competência em Redes SNA e IP do Banco – Banco do Brasil S/A; 01/08/96 – 04/01/98 – Analista Assistente na DITEC/NRT II Londrina (PR) – Suporte Técnico - Banco do Brasil S/A; 05/01/98 – 02/09/01 – Analista Supervisor na DITEC/TECHS Brasília (DF) – Suporte Técnico – Banco do Brasil S/A; 03/09/01 – 29/08/04 – Analista Consultor na DITEC/GEARQ Brasília (DF) – Área de Redes SNA e IP – Banco do Brasil S/A; 30/08/04 – 13/03/08 – Gerente de Divisão na DITEC/GETEC II Brasília (DF) – Área de Telecom, estrutura de Centrais de Atendimento, Vídeo e Áudio-conferência e Telefonia Fixa e Móvel – Banco do Brasil S/A; 14/03/08 – 16/03/11 – Gerente Executivo na DITEC/GEINF Brasília (DF) – Área de Sistemas de Gestão da Informação – Banco do Brasil S/A; 17/03/11 – 04/03/12 – Gerente Executivo na DITEC/GESIT 2 Brasília (DF) – Suporte Técnico para Telecom, Telefonia Fixa e Móvel, Redes SNA e IP, Automação Bancária e de Escritório, Centrais de Atendimento e Núcleos de Processamento Remoto de São Paulo e Rio de Janeiro – Banco do Brasil S/A; 06/03/12 - - Assessor Especial na Vice-Presidência de Tecnologia e Infraestrutura Brasília (DF) – ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) com participação na forma de apoio técnico em projetos como: definição das especificações do novo Datacenter a ser construído, coordenação dos trabalhos de melhoria da performance da aplicação de atendimento das agências, apoio no processo de implantação do ITIL v3 e redefinição de algumas disciplinas para melhor atendimento das necessidades e apoio técnico e administrativo nas negociações com a fornecedora da Rede WAN (Wide Area Network) Corporativa.

4. MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

É Procurador-Geral Federal da Advocacia-Geral da União e membro do Conselho de Administração da TELEBRAS. Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1999). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, inclusive no magistério (Direito Administrativo, Direito Previdenciário e Direito Processual Civil). Formação complementar 2006 - 2006 Extensão universitária em Responsabilidade Penal dos Agentes Públicos. (Carga horária: 36h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. 2000 - 2000 Ordem Jurídica e Ministério Público. Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF e Territórios. 1997 - 1997 Extensão universitária em Semana Jurídica - Seminário. (Carga horária: 20h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. 1996 - 1996 Extensão universitária em III Semana Jurídica/Universitária - Seminário. (Carga horária: 10h). Universidade de Brasília, UNB, Brasil. **Atuação profissional** Procuradoria-Geral Federal, PGF, Brasil. Vínculo institucional 2002 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador

Federal, Carga horária: 40 - Outras informações Órgão vinculado à Advocacia-Geral da União - AGU, criado pela Lei nº 10.480/2002, e integrado pelas Procuradorias das autarquias e fundações públicas federais, inclusive da então Procuradoria-Geral do INSS Atividades 09/2008 - Atual Direção e Administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Procurador-Geral Federal. 04/2007 - 08/2008 Direção e Administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Subprocurador-Geral Federal. 05/2003 - 06/2004 Direção e Administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios. 04/2003 - 05/2003 Direção e Administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Cargo ou função Coordenador-Geral do Contencioso Judicial - Interino. Advocacia-Geral da União, AGU, Brasil. Vínculo institucional 2000 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal, Carga horária: 40 Outras informações -Órgão ao qual estava vinculada a Procuradoria-Geral do INSS e, desde 07/2002, a Procuradoria-Geral Federal - Atividades - 09/2002 - Atual Ensino, Nível: Outro. Disciplinas ministradas Conciliação e Arbitramento Juizados Especiais Federais Processo Judicial Eletrônico 01/2005 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Advocacia-Geral da União Cargo ou função Membro de Grupo de Trabalho sobre Reflexos e Implementação da EC nº 45 - Portarias AGU/PGF 4 e 16/2005. 12/2004 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Subcomissão de Acomp. dos Sistemas de Processos Judiciais Eletrônicos, Cargo ou função Membro - Representante da Consultoria-Geral da União. 07/2004 - 04/2007 Direção e Administração, Consultoria-Geral da União, Cargo ou função Consultor da União. 12/2003 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Ações da Seguridade Social, Cargo ou função Membro - Representante da Procuradoria-Geral Federal. Supremo Tribunal Federal, STF, Brasil. Vínculo institucional 2010 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Outras informações Direito Previdenciário Avançado Atividades 08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário Avançado, Nível: Aperfeiçoamento. Disciplinas ministradas Direito Previdenciário Avançado Instituto Brasiliense de Direito Público, IDP, Brasil. Vínculo institucional 2006 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Atividades 08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário, Nível: Pós-Graduação. Disciplinas ministradas Juizado Especial Cível Federal e ações de concessão e de revisão de benefícios previdenciários 04/2007 - 12/2008 Ensino, Pós-Graduação Direito Constitucional Nível: Pós-Graduação

5. DEMI GETSCHKO

É Conselheiro do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) desde 1995 e Diretor-Presidente do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação) desde 2006. É membro do Conselho de Administração da TELEBRAS. Engenheiro eletricista formado pela Escola Politécnica da USP (1975), com mestrado (1980) e doutorado (1989) em Engenharia pela mesma instituição. Trabalhou no Centro de Computação Eletrônica (CCE) da USP (1971-1985) e no Centro de Processamento de Dados da FAPESP (1986-1996). Nesse período foi coordenador de operações da RNP e participou do esforço da implantação de redes no país. Foi um dos responsáveis pela primeira conexão TCP/IP brasileira, que ocorreu em 1991, entre a FAPESP e a ESN (Energy Sciences Network), nos Estados Unidos, por meio do Fermilab (Fermi National Accelerator Laboratory). Foi Diretor de Tecnologia da Agência Estado, empresa do Grupo Estado, em dois períodos: entre 1996 e 2000, e novamente entre 2002 e 2005. Foi Vice-Presidente de Tecnologia do IG entre 2000 e 2001. Foi, ainda, professor da Escola Politécnica da USP, e hoje é Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde leciona Arquitetura de Computadores e onde também coordena o laboratório da camada 2 do Projeto KyaTera. Atuou como membro da diretoria da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) pela ccNSO (Country Code Names Support Organization), eleito para o período de 2005-2007, e reeleito para 2007-2009.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 4

4.a.ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E RESPECTIVOS SUPLENTES (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O Acionista Controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho Fiscal:

| Nome CPF | Idade Profissão | Órgão Administração Cargo eletivo a ocupar |
|---|--------------------------------|--|
| ULYSSES CESAR AMARO DE MELO 291.260.291-20 | 50 Advogado | Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações |
| FRANCISCO DO NASCIMENTO DANTAS 220.635.521-34 | 52 Contador | Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações |
| LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES 012.188.207-13 | 44 Advogada | Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações |
| MARCELO MENDES BARBOSA 030.605.706-98 | 33 Administração Pública | Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações |
| MÁRCIA RIBEIRO ABREU 545.988.856-53 | 48 Economista | Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda |
| Leonardo Lobo Pires 086.714.557-93 | 34 Economista | Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda |

A seguir, Anexo II com as informações relativas aos indicados para membros do Fiscal e respectivos suplentes, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília, 27 de março de 2014

Francisco Ziober Filho

Presidente

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL - Item 12.8 da Instrução CVM 480

1. JULYSSES CESAR AMARO DE MELO

É presidente do Conselho Fiscal da TELEBRAS. Administrador e Advogado da União da Advocacia-Geral da União. Experiência Profissional – Ministério das Comunicações - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática, desde janeiro de 2011. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática, de set/2005 a jan/2011. Ministério da Cultura - Consultor Jurídico. Assessora o Ministro da Cultura em assuntos de natureza jurídica, exercendo ainda a coordenação e orientação técnica das unidades jurídicas vinculadas ao Ministério; Jan/2003 – Set/2003. Ministério da Cultura - Secretário-Executivo. Auxilia o Ministro da Cultura na supervisão e Coordenação das atividades executadas pelas Secretarias e Entidades Vinculadas ao Ministério, atuando ainda como Ministro Interino, quando dos eventuais afastamentos do titular da Pasta. Abr/2002 – Jan/2003. Ministério da Cultura - Brasília-DF - Ministro de Estado da Cultura, Interino - Nov/2001. Ministério da Cultura- Brasília-DF - Secretário-Executivo/Interino. Acumulando com as atividades de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Auxilia o Ministro da Cultura na supervisão e coordenação das atividades executadas pelas Secretarias e Entidades vinculadas ao Ministério. Out/2001 – Abr/2002. Ministério da Cultura -Brasília-DF - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática. jul/1999 – abr/2002. Ministério da Cultura Brasília-DF - Subsecretário de Assuntos Administrativos. Supervisão e Coordenação execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática. Jan/1995-Jul/1999. Ministério do Bem-Estar Social - Brasília-DF - Coordenador Regional de Programas. Atuação como Secretário de Administração Geral-Adjunto e Substituto do Secretário, coordenando a execução das atividades referentes à Administração de material, obras, transportes, patrimônio, recursos humanos, comunicações administrativas, serviços de informação, recursos financeiros, planejamento e orçamento. Ago/1993-Jan/1995. Ministério do Bem-Estar Social -Brasília-DF - Assessor do Secretário de Administração Geral. Análise de processos/documentos, elaboração de Pareceres/Informações/Notas e demais correspondências do Secretário. Nov/1992 – Ago/1993. Ministério da Infra-Estrutura Brasília-DF - Assessor do Secretário Nacional de Transportes. Análise de processos/documentos, elaboração de Pareceres/Informações/Notas e demais correspondências do Secretário. Coordenação das Assembleias Gerais das entidades vinculadas ao Ministério. Mar/1990 - Nov/1992. Ministério dos Transportes-Brasília-DF-Assessor do Secretário de Controle Interno, Análise de Processos Licitatórios, emissão de Pareceres/Informações relativas à gestão orçamentária-financeira e patrimonial dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério. Ago/1988 – Mar/1990.

2. FRANCISCO DO NASCIMENTO DANTAS

É membro suplente do Conselho Fiscal da TELEBRAS. Técnico de Finanças e Controle - Ministério da Fazenda e Ministério das Comunicações- Graduado em Ciências Contábeis - Faculdades Integradas da UPIIS- Especialização em Contabilidade Pública – Universidade de Brasília – UnB- Administração Contábil, Orçamentária, Financeira, Contratual Pública - ESAF

3. LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES

É membro efetivo do Conselho Fiscal da TELEBRAS. Advogada, formada em 1991 pela Faculdade Cândido Mendes-RJ. Cargo Efetivo: Procuradora da Fazenda Nacional de Categoria Especial. Função Atual: Subsecretária de Serviços Postais e de Governança de Empresas Vinculadas, do Ministério das Comunicações – desde fevereiro de 2011. Experiência Profissional Advogada (OAB-DF 13.709), formada em 1991 pela Faculdade de Direito Cândido Mendes – Núcleo Centro – Rio de Janeiro. De 1992 a 1993, exerceu o cargo de Técnico Judiciário Juramentado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, após aprovação em concurso público. Em 1993, ingressou, igualmente após concurso público, na carreira de Procurador da Fazenda Nacional, passando a atuar, de março de 1994 a abril de 2007, na Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União, especializada nos seguintes assuntos, dentre outros: (i) representação da União nas assembléias de sociedades empresárias controladas ou não pela União; (ii) exame de matérias de interesse das sociedades empresárias estatais federais, tais como aumento de capital, com ou sem subscrição de novas ações, renúncia e cessão do direito de subscrição de ações, distribuição de lucros ou resultados, acordos de acionistas, elaboração e alteração de Estatutos Sociais; (iii) exame de propostas de reestruturação societária das sociedades de economia mista e das empresas públicas da União, englobando cisão, fusão e incorporação; e (iv) consultoria jurídica relativa a diversos assuntos de interesse da acionista União, com destaque para questões relacionadas ao funcionamento e às atribuições dos Conselhos de Administração e Fiscais, bem como nas relativas à remuneração dos administradores e conselheiros de sociedades empresárias estatais federais. De julho de 2003 a abril de 2007 exerceu o cargo em comissão de Assistente do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, e, cumulativamente, na Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União, exerceu os cargos de substituta eventual do Coordenador-Geral e substituta da Coordenadora, no período compreendido entre setembro de 2002 e abril de 2007. De 1995 a 2007, participou do Conselho Fiscal da (1) Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, (2) da Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. – AGEF, (3) do Banespa Cartões S.A., (4) da BEG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., (5) do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e (6) da Casa da Moeda do Brasil. De maio a novembro de 2007, exerceu o cargo em comissão de Coordenadora na Coordenação-Geral de Gestão Cooperativa das Estatais do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De novembro de 2007 até janeiro de 2011, exerceu o cargo de Coordenadora-Geral de Gestão Corporativa das Estatais no DEST/MPOG. De dezembro de 2009 a dezembro de 2011, representou o Ministério do Planejamento como Conselheira de Administração da CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Participou, como representante do Brasil, do Primeiro e do Segundo Encontro da Rede Global sobre Privatização e Governança Corporativa das Empresas Estatais, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento – OCDE, em Paris, França, nos períodos de 3 a 7 de março de 2008 e de 28 de fevereiro a 4 de março de 2010, respectivamente. Participou, como representante do Brasil, do Primeiro Encontro da Rede Sul-Africana sobre Governança Corporativa das Empresas Estatais, organizado pela OCDE, em parceria com o Banco Sul-africano de Desenvolvimento, na Cidade do Cabo, África do Sul, no período de 4 a 8 de maio de 2008. Participou do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto s/nº de 22/10/2008, com a finalidade de elaborar e propor diretrizes para a modernização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, conforme Portaria/MC nº 1.238, de 31/12/2008. Desde fevereiro de 2011 até a presente data, exerce o cargo acima.

4. MARCELO MENDES BARBOSA

É membro suplente do Conselho Fiscal da TELEBRAS. Formação Acadêmica: Administração Pública Pós-graduado em Gestão Pública. Naturalidade: Pará de Minas – Minas Gerais. Assessor do Secretário-Geral do Ministério das Comunicações. 2005/2006 – trabalhou na Superintendência de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde MG. 2006/2007 – trabalhou na Secretaria de Estado de Fazenda, na Administração Fazendária de Pará de Minas – MG. 2007/2008 – trabalhou na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, na Diretoria Central de Modernização da Gestão – MG. 2008/2008 – Chefia de Gabinete do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. 2009/2009 – Ministério do Esporte. Mapeamento dos processos da lei de Incentivo ao Esporte. 2009/2011 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Coordenação-Geral de Gestão Corporativa das Estatais e Assessoramento ao Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR. 2011/2012 – Ministério das Comunicações, Assessor e Chefe de Gabinete Substituto do Secretário-Executivo.

5. MÁRCIA RIBEIRO ABREU

É membro efetivo do Conselho Fiscal da TELEBRAS. Márcia Ribeiro Abreu - Economista pela Univ. Federal de Viçosa, MBA em Administração Financeira e Mercado de Capitais e MBA em Gestão Financeira Controladoria e Auditoria pela FGV. Ingressou na Secretaria do Tesouro Nacional em dez/2003, atualmente é Gerente de Projeto na Coordenação-Geral de Participação Societárias - COPAR. Participação no Conselho Fiscal da ABDI de 2005 a 2007. Membro suplente no Conselho Fiscal da CGTEE, de 2008 a 2009. Membro do Conselho Fiscal da CODEBAR, de 2007 a 2010. Membro do Conselho Fiscal da Breitenner Energética S/A, de 2010 a 2012. Representante do Ministério da Fazenda na Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de 2006 até hoje.

6. LEONARDO LOBO PIRES

Experiência. Mar/2009 – Até o presente - Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília – DF Analista de Finanças e Controle (AFC-STN). (Jun/2011 - ...) Gerente de Projeto (DAS 101.1) Lotado na Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais. Responsável pela secretaria-executiva do Fundo Garantidor das Variações Salariais – FCVS. Representante do Tesouro Nacional nos grupos de apoio dos seguintes fundos FGTS, FAT, PIS/PASEP, FGHab, FAR, FDS e outros. (Mar/2009 – Jun/2011) Lotado na Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Investimento Público na Gerência de Estudos Setoriais Responsável pela análise de projetos dos setores de infraestrutura aeroportuária, portos, hidrovias, recursos hídricos e saneamento. Acompanhamento do PAC dos setores citados. Ago/2010 – Dez/2010 Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Brasília – DF Professor Adjunto. Introdução à Economia. Mai/2007 – Jan/2009 CNPq/SERLA Rio de Janeiro – RJ – Pesquisador. Projeto CT-HIDRO: Capacitação da SERLA para a integração do sistema federal e estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Resultado: relatório intitulado Diagnóstico da implementação dos instrumentos de gestão nos corpos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro. 2007 – 2011 FGV-Online Rio de Janeiro – RJ - Professor-Tutor. Cursos Livres: (i) Administração Financeira: Avaliação do Desempenho Empresarial; (ii) Análise da Viabilidade Financeira; (iii) Administração Financeira: Decisões de Investimento e Financiamento; (iv) Gestão fiscal responsável; (v) Economia Empresarial. Graduação: Introdução à Economia. Pós-Graduação: Introdução à Economia e Economia Empresarial. Jan/2006-Dez/2006 UERJ Rio de Janeiro – RJ - Professor-Assistente. Professor das disciplinas: Adm. Financeira e Estratégia Empresarial. Dez/2001-Dez/2003 Banco CR2 de Invest. Rio de Janeiro – RJ Analista /Estagiário. Análise de crédito para empresas.

Estruturação de operações de crédito. **Formação.** 2012 IDP Brasília – DF. Pós-Graduação em Direito da Regulação. 2007 EBAPE/FGV Rio de Janeiro – RJ. Mestrado em Administração Pública. 2004 UFRJ Rio de Janeiro – RJ. Bacharelado em ciências econômicas. 1997 - Instituto de Tec. ORT Rio de Janeiro – RJ. Técnico em processamento de dados. **Línguas.** Formado em inglês no Brasas em dez/2000. Intercâmbio Nova Zelândia em 2002. Intercâmbio Estados Unidos em 2004

Com relação aos demais itens da Instrução da CVM 480, informa-se:

12.7. Não se aplica.

Os nomes indicados acima, nos anexos I e II, relativos aos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e Suplentes:

12.8 – b) i. ii. iii.

Em atendimento ao disposto no item 12.8.b do Formulário de referência anexo à Instrução da CVM 480/09, **todos** os indicados para eleição supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram **condenação criminal**, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos indicados e:

a. Administradores da TELEBRAS:

Não há.

b. (i) administradores da TELEBRAS e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da TELEBRAS:

Não há.

c. (i) administradores da TELEBRAS ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da TELEBRAS:

Não há.

d. (i) administradores da TELEBRAS e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da TELEBRAS:

Não há.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e:

a. Sociedade controlada, direta ou indireta, pela TELEBRAS:

Não aplicável

b. Controlador direto ou indireto da TELEBRAS.

Não aplicável

c. Caso seja relevante, informar tais relações com fornecedor, cliente, devedor ou credor da TELEBRAS, de suas controladas ou controladoras ou de controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS - ITEM 5

5.a. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Assunto: Remuneração dos Administradores e Conselheiros (art.12 ICVM 481/09)

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – 29 DE ABRIL DE 2014.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL FIXA E VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA 2014 E A DATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO ANO DE 2015:

- R\$ 3.888.943,28 (três milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos).

| DISCRIMINAÇÃO (Período de abril de 2014 a março/2015) | DIRETORIA | CONSELHO DE ADMINISTRA- ÇÃO | CONSELHO FISCAL | TOTAL |
|--|---------------------|--|----------------------------|---------------------|
| HONORARIOS | 1.790.864,97 | 349.634,88 | 218.521,80 | 2.359.021,65 |
| BENEFICIOS DIRETOS E INDIRETOS | 1.058.117,29 | NA | NA | 1.058.117,29 |
| ENCARGOS | 358.173,00 | 69.926,98 | 43.704,36 | 471.804,33 |
| TOTAL | 3.207.155,26 | 419.561,86 | 262.226,16 | 3.888.943,28 |

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Item 13 do Anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480/2009 Em cumprimento à disposição do art. 12, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia presta as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009. A Companhia possui um conselho de administração composto de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Presidente e de até 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes. Um dos membros do conselho de administração integra a Diretoria-Executiva.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, encaminha a planilha contendo a discriminação das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração) desta empresa, remetida à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas.

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

b) Composição da remuneração:

A DEST sugeriu ao acionista majoritário a seguinte composição de remuneração:

Honorários;

13º Salário;

Adicional de Férias;

Quarentena;

Indenização de Transferência (diretriz 243);

Auxílio Alimentação;

Auxílio Moradia;

Seguro de Vida em Grupo;

Plano de Saúde;

FGTS;

INSS – Patronal.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários: retribuição mensal;

13º Salário: honorário extra a ser concedido 1 (uma) vez ao ano aos diretores e aos Conselheiros de Administração e Fiscal é pago mensalmente, pois entende-se por remuneração de conselheiros, honorário e 13º. salário;

Adicional de Férias: parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido ao diretor por ocasião de férias ou no mês de março ainda que o diretor não usufrua do benefício no período aquisitivo evitando a manutenção de saldo para o exercício seguinte;

Quarentena: valor correspondente a 4 (quatro) retribuições mensais de honorário de diretor; conforme previsto no art. 34 do Estatuto Social da TELEBRAS;

Ajuda de Custo: é a importância paga para indenizar despesas de viagem, mudança, instalação e outros gastos não previstos nos itens 4.04 e 4.05 da Diretriz nº 243, por ocasião do deslocamento para localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem;

Despesas de Transportes: são aquelas relativas ao fornecimento de passagens aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, bem como fretes e carretos para remoção de bagagens, móveis e utensílios e até 2(dois) veículos, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem, abrangendo as pessoas da família;

Auxílio Alimentação: parcela indenizatória e de natureza não salarial, o vale-alimentação/refeição será utilizado para ressarcimento de despesas com aquisição de refeições e alimentos;

Auxílio Moradia: parcela indenizatória a ser concedida em conformidade com o Decreto nº 3.255, de 19.11.1999;

Seguro de Vida em Grupo: parcela destinada a cobertura de 50%(cinquenta por cento) do valor do prêmio de seguro de vida em grupo;

Plano de Saúde: parcelas destinadas a reembolso com despesas para o tratamento de saúde;

FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço): importância creditada na conta vinculada do diretor. O benefício do FGTS é obrigatoriamente estendido aos diretores, conforme Decreto nº 99.684, de 8.11.1990;

INSS - Patronal: valor calculado sobre os honorários dos diretores e conselheiros, gratificação natalina e adicional constitucional de férias (1/3 da remuneração) e que a empresa recolhe para a previdência.

NOTA: Os honorários dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são fixados em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva. A base de cálculo da remuneração média dos diretores inclui apenas os honorários.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

- Honorários: 44,44%

- 13º Salário: 3,70%
- Adicional de Férias: 1,23%
- Quarentena: 10,84%
- Indenização de Transferência (diretriz 243): 9,62%
- Auxílio Alimentação: 0,98%
- Auxílio Moradia: 2,38%
- Seguro de Vida em Grupo: 0,11%
- Plano de Saúde: 1,30%
- FGTS: 3,95%
- INSS – Patronal: 9,88%
- Honorários do Conselho de Administração: 9,64%
- INSS Patronal do Conselho de Administração: 1,93%
- Honorários do Conselho Fiscal: 6,03%
- INSS Patronal do Conselho Fiscal: 1,21%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRAS é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

f) existência de remuneração suportada por controladas, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não aplicável

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia;

Não aplicável

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

| Posição em 31/12/2013 | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
|---------------------------------|---------------------------|--------------|-----------------|--------------|
| Número de membros | 8 | 4 | 5 | 17 |
| Remuneração fixa anual (em R\$) | | | | |
| Salário / pró-labore | 320.481,01 | 1.653.739,57 | 202.604,85 | 2.176.825,43 |
| Benefícios diretos e indiretos | N/A | 120.191,90 | N/A | 120.191,90 |
| Participação em comitês | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Outros | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração variável | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Bônus | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação nos resultados | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação em reuniões | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Outros (ILP) | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Encargos | N/A | N/A | N/A | N/A |

| | | | | |
|--|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
| Benefícios pós-emprego | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pela cessão do exercício do cargo | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração baseada em ações | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Total Geral | 320.481,01 | 1.773.931,47 | 202.604,85 | 2.297.017,33 |

| Posição em 31/12/2012 | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|
| Número de membros | 8 | 4 | 5 | 17 |
| Remuneração fixa anual (em R\$) | | | | |
| Salário / pró-labore | 309.831,94 | 1.556.434,17 | 193.149,55 | 2.059.415,66 |
| Benefícios diretos e indiretos | N/A | 101.157,04 | N/A | 101.157,04 |
| Participação em comitês | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Outros | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração variável | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Bônus | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação nos resultados | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação em reuniões | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Outros (ILP) | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Encargos | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pós-emprego | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pela cessão do exercício do cargo | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração baseada em ações | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Total Geral | 309.831,94 | 1.657.591,21 | 193.149,55 | 2.160.572,70 |

| Posição em 31/12/2011 | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|
| Número de membros | 8 | 4 | 5 | 17 |
| Remuneração fixa anual (em R\$) | | | | |
| Salário / pró-labore | 284.719,37 | 1.399.818,17 | 175.684,18 | 1.860.221,72 |
| Benefícios diretos e indiretos | N/A | 239.316,03 | N/A | 239.316,03 |
| Participação em comitês | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Outros | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração variável | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Bônus | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação nos resultados | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação em reuniões | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Outros (ILP) | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Encargos | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pós-emprego | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pela cessão do exercício do cargo | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração baseada em ações | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Total Geral | 284.719,37 | 1.639.134,20 | 175.684,18 | 2.099.537,75 |

| Prevista para o Exercício Social | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|
| Número de membros | 8 | 4 | 5 | 17 |
| Remuneração fixa anual (em R\$) | | | | |
| Salário / pró-labore | 344.772,62 | 1.730.087,47 | 215.482,89 | 2.290.342,98 |
| Benefícios diretos e indiretos | N/A | 1.053.935,43 | N/A | 1.513.584,27 |
| Participação em comitês | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Outros | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração variável | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Bônus | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação nos resultados | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação em reuniões | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Outros (ILP) | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Encargos | 69.926,98 | 346.017,50 | 43.704,36 | 459.648,83 |
| Benefícios pós-emprego | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Benefícios pela cessão do exercício do cargo | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Remuneração baseada em ações | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Total Geral | 414.699,60 | 3.130.040,40 | 259.187,25 | 3.803.927,25 |

13.3. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:

Não há remuneração variável.

13.4. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5. AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS,

EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

| ORGÃO | ON | PN |
|-------|-----|--------|
| CA | 272 | 27.571 |
| CF | 5 | 23.005 |

DIRETORIA

13.6. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO A CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES; (I) A DATA DE OUTORGA; (II) QUANTIDADE DE OPÇÕES OUTORGADAS; (III) PRAZO PARA QUE AS OPÇÕES SE TORNEM EXERCÍVEIS; (IV) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (V) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (VI) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES: (I) EM ABERTO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL; (II) PERDIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (III) EXERCIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (IV) EXPIRADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; D) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NA DATA DE OUTORGA; E E) DILUIÇÃO POTENCIAL EM CASO DE EXERCÍCIO DE TODAS AS OPÇÕES OUTORGADAS:

Não há remuneração baseada em ações.

13.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES NÃO EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) DATA QUE SE TORNARÃO EXERCÍVEIS; (III) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (IV) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (V) PRAZO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (VI) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; E D) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (III) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (IV) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (V) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; (VI) VALOR JUSTO DO TOTAL DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Não há opções.

13.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE EXERCÍCIO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS OPÇÕES EXERCIDAS; E D) EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES ENTREGUES INFORMAR: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO

PONDERADO DE AQUISIÇÃO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE AQUISIÇÃO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES ADQUIRIDAS:

Não há opções exercidas e nem ações entregues.

13.9. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES), INDICANDO: A) MODELO DE PRECIFICAÇÃO; B) DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO; C) MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DO EXERCÍCIO ANTECIPADO; E D) FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA; (E) SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO:

Não há informações para a compreensão dos dados mencionados, em vista desses dados não existirem.

13.10. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS:

| ÓRGÃO | EXERCÍCIO 2013 (REALIZADO) | | | |
|---------------------------|----------------------------|---|---|---|
| | QUANT. | Valor da maior remuneração individual (anual) | Valor da menor remuneração individual (anual) | Valor médio de remuneração individual (anual) |
| DIRETORIA | 4 | 447.545,84 | 413.434,91 | 404.611,53 |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 8 | 40.706,17 | 34.793,04 | 40.060,13 |
| CONSELHO FISCAL | 5 | 40.706,17 | 39.846,31 | 40.520,97 |

| ÓRGÃO | EXERCÍCIO 2012 (REALIZADO) | | | |
|---------------------------|----------------------------|---|---|---|
| | QUANT. | Valor da maior remuneração individual (anual) | Valor da menor remuneração individual (anual) | Valor médio de remuneração individual (anual) |
| DIRETORIA | 4 | 453.263,64 | 368.125,00 | 412.272,73 |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 8 | 38.263,70 | 38.263,70 | 38.263,70 |
| CONSELHO FISCAL | 5 | 38.263,70 | 36.850,08 | 36.922,07 |

| ÓRGÃO | EXERCÍCIO 2011 (REALIZADO) | | | |
|---------------------------|----------------------------|---|---|---|
| | QUANT. | Valor da maior remuneração individual (anual) | Valor da menor remuneração individual (anual) | Valor médio de remuneração individual (anual) |
| DIRETORIA | 4 | 416.672,18 | 42.093,64 | 349.954,54 |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 8 | 36.209,46 | 1.610,08 | 35.589,92 |
| CONSELHO FISCAL | 5 | 36.209,46 | 9.105,41 | 35.136,84 |

13.12 ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA):

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO.

| | | 2013 | 2012 | 2011 |
|------------------------------|----|--------|--------|--------|
| Conselheiro de Administração | de | 48,96% | 62,83% | 74,56 |
| Diretoria | | 100% | 100% | 100% |
| Conselho Fiscal | | 60,24% | 59,90% | 58,78% |

13.14. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:

Nada a acrescentar.